

CONTRARREVOLUÇÃO BURGUESA E PADRÃO DE MODERNIZAÇÃO: UM DEBATE SOBRE UMA VIA BRASILEIRA DE AFIRMAÇÃO DO CAPITALISMO

Fábio Queiroz¹
Derivaldo Santos²
Frederico Costa³

RESUMO

A via brasileira de afirmação do capitalismo, ao longo do século XX, e, notadamente, em momentos cruciais da história nacional, como o da instauração de um regime político bonapartista, em 1964, e o papel (na maior parte do tempo, contrarrevolucionário) cumprido pela burguesia autóctone, em uma ampla perspectiva, constituem os aspectos fundamentais que definem resumidamente o presente artigo. Relativo à teoria, parte-se aqui dos modelos criados por Barrington para examinar os processos de passagens de sociedades agrárias a sociedades parcial ou plenamente industriais e/ou modernas, com o objetivo de examinar o caminho adotado pela burguesia nativa no ato de afirmar o regime social capitalista no Brasil.

Palavras-chaves: Burguesia. Contrarrevolução. Via brasileira.

COUNTERREVOLUTION BOURGEOIS AND STANDARD OF MODERNIZATION: A DEBATE ON A WAY OF BRAZILIAN AFFIRMATION OF THE CAPITALISM

ABSTRACT

The Brazilian trail to capitalism affirmation, during the 20th century, and especially in critical moments of national history, like the instauration of a bonapartist political regime, in 1964, and the role (most of the time, counterrevolutionary) played by the local bourgeoisie, constitute, in a broad perspective, the fundamental aspects that briefly define the present study. In terms of theoretical approach, it takes into account the models created by Barrington to examine the processes through which agrarian societies moved to partially or fully modern and/or industrial societies, with the intent to analyze the pathway adopted by the native bourgeoisie to affirm the capitalist social regime in Brazil.

Keywords: Bourgeois-counterrevolution; the Brazilian case.

1 Doutor em Sociologia e Professor do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: fabiojosequeiroz@yahoo.com.br

2 Doutor em Educação e professor da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central da Universidade Estadual do Ceará (FECLESC/UECE). E-mail: derivaldo.santos@uece.br.

3 Doutor em Educação e professor da Faculdade de Educação de Itapipoca da Universidade Estadual do Ceará (FACEDI/UECE). E-mail: frederico.costa@uece.br.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo examinar historicamente a possibilidade de uma via brasileira ao capitalismo, colocando como centro de análise a postura da burguesia nacional, em regra, espessamente refratária a mudanças estruturais e com ênfase em uma manifestação desse fato calcada no golpe de Estado de 1964.

Sob vários aspectos, toma-se aqui por uma solução metodológica, como se poderá ver, um conjunto de definições pedagógicas do sociólogo norte-americano Barrington Moore Jr. Em sua obra *As origens sociais da ditadura e da democracia*, há um esforço de reflexão sobre o processo de transição de sociedades agrárias pré-capitalistas (ou fragilmente capitalistas) a sociedades parcial ou plenamente industriais e/ou modernas.

No texto em tela, há de se perceber, em boa medida, uma apreciação de um processo de transição para uma sociedade moderna e capitalista, no Brasil, em que as anotações do sociólogo norte-americano cumprem – como já indicado – um papel de sistema de referência inicial. É preciso lembrar, no entanto, que as conexões conceituais são inequivocamente relativas e, antes de tudo, prestam-se a uma orientação preliminar ou um ponto de apoio à análise social e à reflexão política acerca do Brasil e que constituem a parte central do artigo.

Embora faça alusões a outros momentos da história brasileira do século XX, note-se que um acontecimento executa uma atribuição decisiva dentro do corpo de análise: o golpe de Estado de 1964 e o regime político dele decorrente. Aparentemente cristalizado no passado, esse fato histórico favorece ao pesquisador investido do propósito de examinar a atitude histórica da burguesia nativa – notadamente uma demonstração de intenção desta classe que responde a problemas tático-estratégicos, tais como capitalismo, democracia política, ditadura, independência nacional, questão agrária e imperialismo.

Importa lembrar que, do século XIX para o XX, a história do Brasil registra o processo de formação do capitalismo em suas terras. Para afastar

qualquer mal-entendido, cumpre ainda assinalar que essa experiência é um exemplo significativo de que não existe uma única porta para adentrar o modo de produção especificamente capitalista.

É espantosa a frequência com que essas questões teórico-históricas são desprezadas. É evidente que não há como debater com a profundidade necessária todas elas aqui. Não nos propomos – com este texto – propiciar uma análise exaustiva da temática. Neste lugar, oferece-se unicamente um desafio: recomeçar a discussão de problemas históricos e estruturais que se apresentam para além dos exercícios necessários da cotidianidade. No caso específico deste artigo, debateremos alguns elementos constitutivos da atrasada elite brasileira presentes no golpe empresarial-civil-militar de 1964.

OS MODELOS DE BARRINGTON

Barrington (1967), em sua obra clássica, preconizou a existência de quatro padrões de modernização: o primeiro padrão – encabeçado por Inglaterra, França e Estados Unidos – apresentou como resultado uma combinação de capitalismo e democracia política; o segundo, que teria sido experimentado por Alemanha e Japão, não teria desenvolvido a contento a segunda peça do jogo; o terceiro padrão afastou-se da direção capitalista, a exemplo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, China, entre outros; por fim, o último desses padrões seria simbolizado pelo caso indiano, um modelo-típico de uma ex-colônia.

Como ponto de partida para que possamos dar consistência a esta investigação, concisamente, poder-se-ia inquirir se o Brasil teria e, até que ponto, conduzido a sua entrada no mundo moderno por meio de um desses modelos ou teria desenvolvido o seu próprio caminho.

Para equacionar esse problema, é preciso considerar que a metodologia de Barrington corresponde a um esquema por meio do qual o autor mira definir os diferentes caminhos pelos quais certos países alcançaram determinados resultados. No caso desta análise, compreende-se que é possível a utilização do modelo teórico-metodológico barringtoniano, desde que sua aplicação seja feita com rigorosa cautela. Afiançamos que, a partir dessa importante advertência, seja possível definir, mesmo que aproximadamente, o

lugar da burguesia brasileira e do seu modelo de modernização na história da ordem capitalista mundial.

Sem dúvidas, a burguesia comporta em seu interior diferentes representações e interesses⁴. Se isso é válido quando se toma por referência os limites de um país, suponha então quando se adota por parâmetro essa mesma classe em uma escala histórica e nacional distinta.

Quando o Brasil entrou de vez nos trilhos do capitalismo, o primeiro dos quatro caminhos apontados por Barrington, “o mais antigo”, o “das grandes revoluções e guerra civil”, já se encontrava decididamente consolidado, combinando capitalismo e democracia, em seu sentido evidente e plenamente ocidental. Nesse processo, o impulso burguês se revelou intenso e poderoso para atacar os obstáculos oferecidos pelas várias tradições pré-capitalistas e pré-democráticas. Portanto, não foi por essa via que a burguesia brasileira levou a termo os seus preceitos modernizantes.

Com relação ao segundo caminho, Barrington afirma que, na Alemanha e no Japão, o impulso burguês apresentava sinais de debilidade. Já no caso indiano, o autor indica haver “um fraco impulso no sentido da modernização”. Nesses dois casos (padrão dois e quatro), a burguesia não se furta em se aliar amplamente aos “elementos dissidentes das classes antigas”, resultando em uma “forma capitalista reacionária”, nomeadamente no padrão dois⁵. Esses caminhos levaram direta e rapidamente ao capitalismo. Contudo, não sem registros de obstáculos, cujas respostas por parte das respectivas burguesias se revelaram tímidas para uma rápida efetivação da democracia política (BARRINGTON, 1967).

Ao analisarmos o exemplo brasileiro, podemos considerar que não cabe um paralelo com os casos da URSS e da China (terceiro padrão barringtoniano), visto que o Brasil não operou em sua história processo algum de ruptura radical, ou, para utilizar as palavras de Florestan Fernandes (2006),

4 Pode-se identificar, por exemplo, diversas camadas da burguesia brasileira. Uma fração superior que controla os monopólios e oligopólios, vinculada diretamente ao capital financeiro e ao imperialismo. A burguesia urbana não-monopolista constituída pelos pequenos, médios e grandes capitalistas independentes. A burguesia rural composta de grandes capitalistas, os médios, os pequenos e os arrendatários capitalistas.

⁵ Barrington tenta explicar – por meio desse segundo caminho – a origem de um nacionalismo exacerbado, antidemocrático e reacionário tanto no Japão como na Alemanha. O distanciamento do Japão e da Alemanha dessa origem, pelo menos nos últimos 60 anos, não invalida a hipótese de trabalho de Barrington.

procurou seguir a via do consenso que melhor coubesse à elite local. Portanto, parece-nos razoável admitir um paralelo da via brasileira com os caminhos dois e quatro. Com efeito, o que interessa para esta pesquisa, em última hipótese, é examinar o impulso capitalista – com mais ou menos democracia política – e não como as sociedades de transição entre capitalismo e socialismo resolveram os problemas dos camponeses, da soberania nacional e do impulso à modernização.

Barrington define a circunstância indiana como a de uma sociedade em que a democracia aí estabelecida, ainda que não fosse uma fraude, devesse ser colocada no marco categorial dos regimes democráticos imperfeitos. Esse seria o corolário típico de uma situação onde “não houve revolução burguesa, nem revolução conservadora vinda de cima, nem revolução camponesa” (BARRINGTON, 1967, p. 367). As três situações reunidas na frase corresponderiam, respectivamente, aos casos típicos dos padrões um, dois e três. Ora, no caso brasileiro, não houve revolução burguesa no sentido clássico do termo. Noutras palavras, nada que se assemelhasse à via inglesa e, muito menos, à revolução francesa ou à guerra civil norte-americana. No limite, e com muita boa vontade, poder-se-ia dizer que houve uma “revolução conservadora” vinda de cima (independência política, abolição, república, industrialização etc.), mas reduzida em seu enfoque e em seus resultados se comparada com os exemplos da Alemanha e do Japão. Nesse paralelo, os graus são tão distintos que as diferenças são mais do que quantitativas. Já no tocante às revoluções camponesas, todo e qualquer indício que surgiu nessa direção quedou abortado pela contrarrevolução de uma burguesia atrasada que acabou triunfante.

Quanto ao que especificamente lhe toca, a burguesia atrasada brasileira lançou o país na era moderna no marco de uma “combinação reacionária de elementos”. Também por essa razão, operou a retrógrada dialética. Inibiu mais do que impulsionou a democracia política. Nesse sentido, comandou processos de erupções políticas e econômicas, geralmente incompletos e excludentes, isto é, quando precisou adotar medidas de modernização econômica extrema, fê-lo concomitantemente com a dissolução ou o estreitamento das liberdades democráticas mais essenciais. Em outras oportunidades, quando lançou mão de um regime político mais ou menos típico

das democracias ocidentais, implementou-o ajustado a um programa econômico de absoluta subserviência ao capital internacional. Em resumo, a burguesia brasileira mostrou-se inapta para desenvolver um amplo projeto ancorado no desenvolvimento independente do país. Esses exemplos autorizam esta investigação a inferir que a burguesia brasileira se afasta dos padrões um e dois do esquema proposto por Barrington.

BURGUESIA BRASILEIRA E VIA COLONIAL

Reticente às vias clássica e prussiana, a burguesia brasileira mostrou-se refém de uma via preferencialmente colonial em que ela jamais esteve predisposta a testar os limites da democracia política. Em traços largos, sempre que tal possibilidade esteve colocada, essa classe não se embaraçou em lançar mão de sistemas despóticos de poder (Estado Novo, Ditadura Militar etc.) ou/e de medidas de inspiração reativa (estado de sítio⁶, desterro, proibição de funcionamento dos partidos comunistas e a quase recorrente censura da imprensa). Houve inúmeras variações, mas esse foi o padrão básico do século XX. Em seu curso histórico, o sistema despótico de inspiração militar redundou em uma dessas formas capitalistas reacionárias assentadas em um programa imposto a partir de cima e em realizações por fora das estruturas democráticas habituais.

Radica nesse processo o fenômeno que tendemos a considerar como o de uma classe que, a cada passo do seu percurso concreto, não consegue superar as suas próprias limitações históricas. Para dizê-lo de outro modo, a democracia talvez não seja uma das fixações favoritas da burguesia brasileira. O que interessa a esta classe, em última hipótese, é o impulso capitalista. Pelo menos, é a conclusão que se pode extrair de um sucinto balanço do século XX.

⁶ Na República Velha, o estado de sítio foi empregado por distintos governos como os de Floriano Peixoto (1891-1894), Prudente de Moraes (1894-1898), Rodrigues Alves (1902-1906), Hermes da Fonseca (1910-1914), Wenceslau Braz (1914-1918), Epitácio Pessoa (1919-1922) e Artur Bernardes (1922-1926). Utilizando como pretextos “comoções internas”, esses governantes moveram arditosamente esse mecanismo contra as pretensões democráticas de largos setores da sociedade brasileira. Derrotada a chamada “República dos Fazendeiros”, não se eliminou esse afamado mecanismo. Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954) e Nereu Ramos (1955-1956) também adotaram o estado de sítio como resposta às ditas “comoções internas”.

Um exemplo que reforça com traços trágicos essa tendência ficou registrado em 1964. Em primeiro lugar, aí não apenas prevaleceu uma concepção restrita de democracia, mas, em seu desdobramento, uma concepção ampliada de liberalismo não-democrático. Foi esse ponto de vista que se tornou vitorioso com o golpe de Estado e a emergência de um poder arbitrário, com apoio empresarial-civil-militar.

Como quer que se interprete a concepção burguesa de democracia, a ditadura bonapartista, com elementos de fascismo, é a mais evidente expressão do relativo antagonismo entre a classe burguesa no Brasil e o exercício regular da democracia política. Trata-se de uma improbabilidade? De plano, supomos que não. Uma resposta afirmativa a tal questão seria irreplicavelmente reducionista. Num sentido mais amplo, há variações em torno desse tema. Dentro dessa perspectiva, o que chama a atenção é o quanto tem sido forte a variante autoritária ou autocrática.

Em princípio, os capitalistas preferem a serenidade de uma democracia política do que um sistema de poder despótico. Esse é o entendimento que temos do modo habitual de como a classe dominante vislumbra o mundo e de como se dá sua relação com a esfera política. A manutenção da ordem burguesa sob diferentes disfarces é um elemento universal que não pode obliterar o fato de que a sua tática privilegiada é a democracia política e não o bonapartismo mais empedernido ou o fascismo em uma das suas torpes variações.

Isso posto, cumpre lembrar – uma vez mais – que, ao longo do século XX, o tom e o teor da retórica burguesa brasileira, de algum modo, acomodados às circunstâncias, pareceram negar a tática privilegiada, adotando como conteúdo mais habitual o que aqui tomamos por uma tática menor. Sem forçar o contraste, não se viu em seu encadeamento histórico, no Brasil, o primado da democracia política, mas do seu avesso, do seu contraditório. Na maior parte do tempo, o liberalismo autocrático ou o antiliberalismo sem democracia prevaleceu sob o manto de incontáveis flutuações.

Nesse sentido, a questão que sugerimos no começo deste artigo só poderá ser equacionada à custa de um extremo cuidado teórico, uma vez que, em sua localização mais ampla na história, a forma em que o capitalismo se afirmou no Brasil apresenta traços que o aproximam do padrão quatro.

Contudo, ao se colocar no encaixe de ligações coerentes entre a maior economia latino-americana e a Índia, certamente se constataria um sem número de diferenças não desprezíveis. Tais distinções (econômicas, políticas e culturais) talvez sugerissem se considerar uma via brasileira ao capitalismo. A título de hipótese, aí talvez pudesse se observar uma série de traços decisivos cujo conteúdo essencial se repetiria, ainda que não se imitasse fielmente em outras experiências de formação capitalista, incluindo o caso indiano.

Nessa via brasileira se combinaram e se combinam elementos diversificados, de distintos modelos, dentre os quais há de se ressaltar: “uma revolução conservadora (incompleta) vinda de cima”, pautada por uma “combinação reacionária de elementos” e inserida no bojo de uma abusiva unidade da burguesia com “elementos dissidentes das classes antigas”; a inibição da democracia política; um débil impulso burguês perante as injunções imperialistas e a forma capitalista reacionária. Como complemento dessas características gerais, nota-se um frágil controle civil sobre os militares. Cabe dizer que este último aspecto pode ajudar a elucidar o porquê da usurpação militarista que marcou o Brasil durante aproximadamente dois decênios⁷, processo esse cujo conjunto mais caprichoso de cicatrizes permanece visível como se assinalasse um desejo de lhe conferir uma irrenunciável presença.

Esse panorama é o resultado de um longo caminho que se desenvolveu sob os auspícios da burguesia e cujo modelo teórico capaz de apreendê-lo é o que aqui temos designado de via brasileira ao capitalismo. Para que essa via se consolidasse, empregaram-se meios recorrentemente antidemocráticos. De forma resumida, os golpes de Estado, estado de sítio e desterro dos opositores são ilustrações pouco democráticas de uma tradição

⁷ Evidentemente, estamos nos referindo à ditadura empresarial-civil-militar que, entre 1964 e 1985 (ainda que não exista um consenso acerca dessa periodização), empurrou a sociedade para o beco sem saída de um regime político cuja metáfora medonha não poderia ser outra senão a do porão. Ao longo de vinte e um anos (mais de duas décadas), o autocratismo bonapartista, com elementos fascistas, refestelou-se sobre os ombros de relações de classes aplacadas pela força quase incontestada das baionetas. O militarismo triunfante, no entanto, não poderia, e nem pode, ser entendido separadamente das emanações do capital em um momento determinado da luta de classes, não tão-só em sua configuração nacional, mas, igualmente, em uma tessitura mais abrangente e medida adequadamente em uma escala planetária. Isso explica a adoção de um regime político plasmado por impulsos liberais na esfera econômica e autocratismo cesarista em sua acepção política mais viva. Nota-se aí que o entendimento de que liberalismo e democracia são irmãos gêmeos não se sustenta à luz de uma análise mais rigorosa das suas trajetórias longamente estabelecidas.

para a qual cabem perfeitamente os versos de Gregório de Matos: “Mais te deleitas/Quanto mais te estreitas”⁸.

IMPERIALISMO, BURGUESIA BRASILEIRA E CONTRARREVOLUÇÃO

Nos países imperialistas, uma “burguesia audaciosa”, nas palavras de Florestan Fernandes (2006), levou a termo as tarefas democráticas, advindo desse processo a democratização do acesso à terra e a afirmação da soberania nacional. Historicamente, essa dinâmica não se deu do mesmo modo e com a mesma intensidade em cada um dos países centrais. Nos Estados Unidos, por exemplo, a Guerra de Secessão se revelou um momento decisivo da luta pela concretização de necessárias exigências econômicas e democráticas⁹. Na Alemanha, as transformações se deram partindo de uma forte intervenção estatal, o que indica que, em cada país em que a questão esteve posta, foi encontrada uma solução que, em última análise, representou o cumprimento do programa econômico-democrático, ainda que em casos determinados – Alemanha, Japão etc. –, as injunções político-democráticas tenham alcançado não mais que patamares incondicionalmente modestos.

Em que pese o silêncio que os historiadores têm devotado a essa questão, o fato é que na passagem do século XIX para o século XX, uma circunstância marcou indelevelmente a arena internacional. O surgimento do imperialismo alcançou profundas repercussões do ponto de vista do problema democrático. Nesse sentido, o domínio de um punhado de potências e grandes corporações atualizou a problemática nacional, redimensionando a questão no mundo inteiro. Na fase imperialista, não apenas as contradições entre as diversas burguesias se potencializaram, mas, em nível marcadamente superior,

⁸ Fragmento extraído do poema “Tentado a viver na soledade se lhe representam as glórias de quem não viu, nem tratou a corte”. Poema incluído no livro *Poesias selecionadas*. Vide bibliografia.

⁹ Werneck Sodré (1997, p. 87) sustenta, a respeito dessa temática, a seguinte tese: “A ausência de passado feudal permitiu aos Estados Unidos operar, no mesmo movimento, a autonomia política e a revolução burguesa, fugindo ao modelo clássico”. Pensamos, no entanto, que a revolução burguesa que se iniciou com a Guerra da Independência (1775-1783). De fato, consolidou-se com a Guerra de Secessão, que operou, no mesmo movimento, o aprofundamento da revolução burguesa, no plano interno, e as condições para consolidar a sua expansão econômica, no plano externo. O resultado disso é que, em vez de dois caminhos (o do sul e o do norte), o capitalismo norte-americano avançou centralizando-se por uma direção ferreamente centralizada. Assim, sem querer reduzir a importância da “Revolução Americana”, de 1776, não há como objetar seriamente a amplitude e a profundidade decorrentes da força transformadora da guerra civil e dos seus resultados.

impuseram-se e se cristalizaram associações entre as potências imperialistas e as burguesias dos países dependentes. No plano das relações entre a burguesia imperialista e as congêneres dos países periféricos e dependentes, primou uma associação em que o aspecto determinante é o caráter conciliador e hesitante dos burgueses semicolonizados. Esboçando o problema em seu conjunto: este é um fato dominante ao longo do século XX.

Em síntese, comparada aos seus pares ingleses, franceses e norte-americanos, a burguesia latino-americana e a brasileira, especialmente¹⁰, parecem vazadas em moldes diferentes. A burguesia das economias dependentes latino-americanas, espremida entre o imperialismo e o proletariado, prefere se aliar com o latifúndio, internamente, apesar de uma ou outra escaramuça com o opressor externo, celebrando com ele uma associação da qual resulta um nexos histórico insidioso. Assim, a burguesia aborígine se deixa resignar aos limites impostos pela ordem imperialista vigente. Contenta-se com a função subalterna que cumpre. Explicitamente, não rege, deixa-se reger. Apraz-se em ser parte de uma orquestra sem ambicionar o lugar de solista ou regente.

No caso brasileiro, em 1964, esse dilema histórico poderia ter sido resolvido? Qual foi, entretanto, a resolução da burguesia nativa? Comprovou ou desmentiu essa análise?

Atemorizada com a simples e genérica perspectiva de uma revolução proletária, ou de um levante camponês, a denominada “República Sindicalista”, a burguesia brasileira demonstrou uma atitude de desprezo incomparavelmente maior com as liberdades democráticas do que revelara em situações históricas pretéritas, como na Proclamação da República, na “Revolução de 1930”, no golpe do “Estado Novo”, na “redemocratização” que se seguiu ao final da Segunda Guerra, dentre outros momentos. Confirmar-se-

¹⁰ Florestan Fernandes (2006) pondera sobre a existência de um longo e contínuo processo no Brasil de adaptação entre as velhas e novas políticas burguesas que se arrasta desde a Colônia. Para esse autor, tal processo teve um de seus picos mais característicos na chamada Revolução de Vargas. Fernandes, no entanto, sustenta que nesse caso não houve revolução, uma vez que o Governo Vargas apenas incorpora ideias reformistas e nacionalistas às antigas forças oligárquicas, incrementando a economia nacional com a implementação de práticas industriais. Sobre a forma tosa de agir da burguesia local, vale registrar os apontamentos de Francisco de Oliveira (2003), que considera a elite brasileira o atraso da vanguarda ao mesmo tempo em que é a vanguarda do atraso. Octávio Yanni (1992), por sua vez, chama tal elite de anacronicamente atrasada. Mais recentemente, Gaudêncio Frigotto (2006) referiu-se às reformas empreendidas pela elite tupiniquim como reformas de cópia.

ia, em 1964, uma espécie de tendência política da classe dominante brasileira: a sua real debilidade democrática e o seu perenal flerte com a contrarrevolução.

Esse fato parece encontrar-se na razão direta da mecânica econômica e política do século XX, especialmente no que toca ao aparecimento do imperialismo como fase específica do capitalismo e da sua materialidade na tendência reativa da burguesia face ao movimento de massas. Queixar-se-ão os arautos das “novas ideias” que isso é arcaico e/ou não existe mais e que é preciso captar os odores de um novo tempo, sem imperialismo e sem dependência. Coisa bem diversa do ponto de vista que desconsidera o elemento do imperialismo, os anos de 1960 e 1970 ratificaram-no não como uma categoria de análise saturada ou tradução de uma linguagem cifrada do passado. Inversamente, confirmou-se o seu caráter prático, terreno.

No turbilhão da época, procurando ser conseqüente com os seus interesses, a burguesia brasileira se revelou “tímida”, quer dizer, inconseqüente com as tarefas democráticas. É escusado dizer que essa classe “pouco audaciosa” resumiu nos episódios decisivos da vida brasileira o essencial do seu programa inconseqüentemente democrático. As linhas que seguem ilustram o paradoxo burguês:

Sabemos que, em nossa história, houve mais sucessão de curtos períodos de liberdade, evidentemente relativa, e longos períodos de arbítrio. Daí a sucessão de intervenções militares, de golpes e de interrupções do processo político (SODRÉ, 1997, p. 106-107).

Eis a “revolução” de que foi capaz de efetuar a burguesia autóctone: uma “revolução” marcada de “longos períodos de arbítrios”, de “intervenções militares”, “golpes” e “interrupções do processo político”. Fiel companhia dessa classe, a contrarrevolução se tornou um dos seus apanágios.

Nesses termos, ao se considerar a trajetória da burguesia brasileira, não é de espantar que em 1964 ela tenha sido capaz de pactuar com as oligarquias agrárias mais arcaicas do país, pois, no fundo, temia mais o proletariado do que se deixar arrastar pelas “forças do atraso”.

Quase que a modo de desenlace, dir-se-ia que o interesse associativo da burguesia brasileira, contrariamente ao retoricamente

preconizado por certa esquerda reformista, fora não com a democracia ou com o proletariado e, sim, diante de um contexto particular, com o imperialismo e o latifúndio. A real debilidade da burguesia nunca se realizou no terreno do enfrentamento com o proletariado. Constata-se que essa sua suposta ausência de força, em última análise, apenas se tem revelado em sua incapacidade de enfrentar esses poderes de dentro (latifúndio) e de fora (imperialismo).

A história tem demonstrado que gestos e movimentos não são sombras inocentes adornando as paredes em uma tarde de sol. Por trás deles, em geral, jaz uma profunda concepção política. Nos anos de 1960, a classe dominante brasileira não se envergonhou de encher as ruas de uma massa cor de cinza e sob a bandeira da autocracia. Escondida em uma retórica em prol da “democracia”, encobriu-se o verdadeiro sentido do seu empenho. Com efeito, a ditadura empresarial-civil-militar era a sua palavra de ordem oficial, assim como na “República Velha” tinha sido o estado de sítio e, na “Era Vargas”, a bandeira única do “Estado Novo”.

NOTAS CONCLUSIVAS

Não nos parece razoável concluir este artigo sem antes realçar quatro lições capitais do lacônico século XX.

A primeira lição é que a classe dominante, no Brasil, em diferentes momentos, não se constrangeu em empregar métodos de guerra civil com o intuito de preservar uma via de ordenamento do capital que, em muitas oportunidades, colocou-a em rota de colisão com a nação, em particular com a classe trabalhadora.

A segunda é que, em 1964, o setor burguês, que se recusou em compartilhar do projeto do grande capital (golpe de Estado e fundação de um regime bonapartista, com elementos fascistas), era o elo mais débil dessa classe. É de crer que teve que ser quebrado para que prevalecesse a unidade ideológica da burguesia em torno de uma via pragmática, à moda do Brasil, de afirmação e reiteração da ordem do capital, à sombra da contrarrevolução.

A terceira, para os trabalhadores, o que se pode apreender desse passado tem a ver com o fato de que as suas questões fundamentais não serão resolvidas pela via pacífica de reformas intermináveis. Antes que tais

reformas pacíficas sejam concluídas, ou até mal começadas, a tendência é que a classe burguesa atrasada local triunfe sobre a democracia, na hipótese de que não seja sobrepujada. Essa foi uma das principais lições da pedagogia de ferro do ano de 1964.

Por fim, uma quarta advertência: com o golpe de Estado de 1964 e a instauração de um sistema de poder ditatorial, a revolução democrática desmoronou sem nunca haver sido concluída e, em sendo começada, quase imediatamente se quedou sepultada. Essa foi a sua lógica e o seu paradoxo.

REFERÊNCIAS

BARRINGTON, Moore Júnior. **As origens sociais da ditadura e da democracia** – senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Edições Cosmos; Santos: Livraria Martins Fontes, 1967.

DEL ROIO, Marcos. Os idos de março de 1964 e o significado da democracia. In: **Revista da Adusp**, nº 33, outubro de 2004.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil** – ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

FICO, Carlos. **Além do golpe** – versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____ {et al.}. **Ditadura e democracia na América Latina** – balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Universidade pública, trabalho e projeto de desenvolvimento no Brasil sob o pêndulo da regressão social. In: MOLL, Jaqueline; PALMIRA, Sevegnani. **Universidade e mundo do trabalho**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. (Coleção: educação superior em debate; v. 3).

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 7 ed. rev. e atual., São Paulo: Saraiva, 2002.

IANNI, Octavio. **A idéia de Brasil moderno**: São Paulo: Brasiliense, 1992.

MATOS, Gregório de. **Poesias selecionadas**. São Paulo: FTD, 1993.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil** – origens da autocracia burguesa. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

TOLEDO, Caio Navarro de. (Org.). 1964: **Visões críticas do golpe**, Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. **Falácias sobre o golpe de 1964**, in *Crítica Marxista* nº 19, Campinas, SP: Editora Revan, 2004.